

LUGARES E REGIÕES EM UM CONTEXTO DE DINÂMICA GLOBAL

Sylvio Bandeira de Mello e Silva *

Barbara-Christine Nentwig Silva *

Lugar e região constituem dois temas clássicos da Geografia, ao lado dos conceitos sobre paisagem, território, meio (ou ambiente), espaço, zona, interação, tempo, relações homem-meio, dentre outros.

Há, inclusive, uma profunda integração entre todos estes conceitos, o que expressa, na maioria das vezes, a busca de um forte relacionamento entre o mundo das idéias e o mundo concreto, ou seja, uma busca de combinações que representem mais fielmente o espaço geográfico. Assim, por exemplo, a região já foi definida como a área de extensão de uma paisagem e esta, por sua vez, como um conjunto de formas características de uma determinada parcela do espaço geográfico. Desta maneira, há uma associação entre a idéia de área (região) com a de formas (paisagem).

Todos estes conceitos tomados isoladamente ou de maneira integrada têm sido fortemente impactados pelo processo de globalização, objeto de inúmeras contribuições nos últimos anos.

Com efeito, o mundo de nossos dias tem sido amplamente caracterizado por um rápido, dinâmico e generalizado processo de integração espacial abrangendo elementos econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais. Assim, dentre outros autores, Giddens (1991) fala na intensificação das relações sociais em escala mundial, ligando localidades distantes; Castells (1992), contribui com a perspectiva da integração global por meios eletrônicos em tempo real e Harvey (1989) valoriza a visão da compressão têmporo-espacial acelerando a rotação do capital. Na Geografia latino-americana, destaca-se, pela sua repercussão internacional, a contribuição de Santos (1994 e 1996, dentre outros trabalhos) no sentido de valorizar o papel das técnicas nas mudanças das relações tempo-mundo e espaço-mundo, formulando, desta forma, as bases para a construção de um sistema de conceitos sobre a natureza do espaço geográfico e seu papel na dinâmica social.

Nosso objetivo, com este trabalho, é o de retomar os conceitos básicos de lugar e região, discutindo sua relevância e seu comportamento diante da aceleração da dinâmica global. Com isto, estaremos analisando os dois extremos do espaço geográfico, o lugar e o globo, passando pela intermediação da região.

Para analisar esta questão, partimos da hipótese de que a discussão sobre a globalização está conseguindo realizar de forma bem nítida e como nunca foi possível antes a integração de questões gerais e particulares em diferentes escalas do espaço geográfico o que suscita novos desafios teórico-conceituais e aplicados.

* Professores do Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia e pesquisadores do CNPq.

1. REDISCUTINDO OS CONCEITOS BÁSICOS DE LUGAR E REGIÃO

A geografia acadêmica surgiu no início do século XIX tentando explicar casos individuais e formular conceitos e princípios gerais.

É bem conhecido o fato de que Karl Ritter tentou, através da análise de casos particulares e de tópicos específicos, formular princípios sistemáticos. Seu legado, contudo, é maior na análise comparativa de áreas (Geografia Universal Comparada) e de determinadas questões geográficas do que na esfera teórica. Por outro lado, Alexander von Humboldt tentou, através da valorização da busca de princípios gerais compreender a diversidade dos casos particulares. Sua contribuição, entretanto, também é mais importante nos estudos de áreas do que nas generalizações, ou seja, no estudo do Cosmos.

Em ambos os casos, é preciso reconhecer que o que ocorreu é perfeitamente normal considerando os níveis e as diferenciações das informações sobre todo o globo nas primeiras décadas do século XIX. Isto seria confirmado, de forma geral, pela produção geográfica posterior à contribuição de Ritter e Humboldt.

Hoje é preciso reconhecer que o legado do período acadêmico clássico da Geografia é, de fato, o de sua perspectiva corológica, ou seja, é o de sua opção preferencial pelo estudo do lugar e da região. Assim, há quase 100 anos, Vidal de la Blache define a Geografia como a ciência dos lugares, referindo-se às qualidades e às potencialidades dos *pays* (regiões) e Alfred Hettner fala na necessidade de conhecer o caráter das regiões e lugares.

Pouco a pouco, a busca de combinações entre os fenômenos físicos, biológicos e humanos sobre a superfície terrestre vai fortalecer mais a perspectiva das regiões. Estas passaram a ser portanto, as categorias individuais mais privilegiadas da Geografia, delas fazendo parte os lugares. A distinção, por sinal, entre lugar e região não ficou muito clara. Os lugares passam a ser, às vezes, até sinônimos de região e esta passou a ser definida como “uma área de localização específica, de certo modo distinta de outras áreas, estendendo-se até onde alcance essa distinção” (Hartshorne, 1969, p.176).

Assim, fica a imagem de que a opção por questões gerais e globais levaria a um grau exagerado e irrelevante de generalização e o detalhamento dos aspectos locais e individuais seria desnecessário e inconsistente pois provocaria a perda da visão das combinações geográficas concretamente mais significativas. Assim, por exemplo, no início da década de 60 discutia-se se a análise de uma rua e de uma fazenda seriam geográficas. Muitos optaram, respectivamente, pela análise de um bairro (uma região da cidade) e pela análise de uma zona rural (uma região agrícola). Com isto, a opção ideal ficou sendo a da região embora esta pudesse variar enormemente de dimensão, indo da escala continental ou zonal para a de um pequeno *pays* francês ou, como vimos, para a de um bairro ou região agrícola.

Com isto, pouco a pouco, firmou-se, na Geografia, a idéia que, a rigor, só existiria um corpo teórico relevante, o da Geografia Regional mesmo envolvendo abordagens diferenciadas que decorriam, em sua maioria, da grande diversidade dos quadros regionais. Assim, para cada região deveria corresponder uma teoria, no sentido de se produzir uma explanação lógica e consistente.

Isto era decorrência do fato de que as regiões (com seus lugares) eram vistas como a expressão individual, única, da combinação de fenômenos geográficos, constituindo-se no universo privilegiado de análise da Geografia. As localizações sendo singulares determinariam a excepcionalidade das regiões e lugares. Por conseguinte, a perspectiva globalizante que, necessariamente, levaria a teorias mais abrangentes não é valorizada. Por esta razão, a quase totalidade dos trabalhos publicados neste contexto em Geografia identifica já no título que se trata de um trabalho de Geografia Regional ao nomear uma determinada região como objeto de análise.

A evolução do pensamento geográfico vai mudar e ampliar substancialmente o quadro anterior.

Em resumo, a perspectiva teórica-quantitativa insurge-se nos anos 50 contra as concepções regionalistas da Geografia, propondo, em contrapartida, uma abordagem em que as diferentes escalas dos fenômenos geográficos não são vistas como únicas, individuais, mas sim como parte de processos integrados, mais gerais e globais. Com isto, são buscadas regularidades, padrões e não unicidades, excepcionais.

Assim, esta perspectiva pouco valoriza a perspectiva do lugar e muda o sentido da questão regional. Esta passa a expressar, sobretudo, um problema metodológico de classificação, conforme pode ser visto em seus principais manuais (Abler, Adams e Gould, 1971; Harvey, 1969). O conceito de região era associado ao de uma classe de área, o de lugar à sua função no sistema maior, como ocorre com os lugares centrais. Amplia-se, por outro lado, a riqueza temática em torno de uma nova palavra-chave, a questão espacial, envolvendo localização, distribuição, padrões, interação e sistemas. A busca era a de construir teorias abrangentes sobre questões geográficas bem diversificadas.

Contra essa corrente, insurge-se, por sua vez, a perspectiva radical, em particular a de base marxista. Nesse paradigma, os fenômenos geográficos são vistos como parte de macro-estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, direcionando, inclusive, as relações Sociedade-Natureza. Com isto, as perspectivas locais e regionais não são fortalecidas, não obstante a diversidade da aplicação da metodologia de análise marxista, sobretudo sobre o quadro urbano, conforme pode ser visto na numerosa bibliografia produzida. O conceito de região era especialmente associado à área de extensão de um determinado modo de produção. A idéia de lugar insere-se também nesta perspectiva. O objetivo maior era o de construir uma sólida teoria estrutural sócio-espacial.

Uma outra perspectiva teórica, insurgindo-se contra todas as formas de positivismo e de estruturalismo em Geografia, vai destacar fortemente a posição do significado do lugar no pensamento geográfico. Até há pouco tempo era uma corrente circunscrita a um número relativamente pequeno de seguidores mas, nos últimos anos, com a discussão da globalização e da pós-modernidade suas idéias vêm tendo ampla repercussão. Trata-se da chamada Geografia Humanística que valoriza a percepção dos espaços e o significado dos lugares pelas pessoas. Na França, Dardel, já em 1952, mostra que o papel da Geografia é o de analisar como o homem inscreve sua existência sobre a Terra, dando-lhe significado e valor. Nos Estados Unidos, Tuan (1974 e 1977) contribui com a perspectiva do apego ao lugar, valorizando os sentimentos, a experiência, a percepção, as atitudes e os valores. A noção de

lugar é central para o entendimento do mundo, sendo preferível à de espaço e região. Neste sentido, mais importante que produzir uma explanação (*erklären*, no dizer dos epistemologistas alemães) da realidade, o desafio maior da Ciência, é conseguir uma compreensão empática e consciente dos fenômenos (*verstehen*).

O crescente impacto da globalização, centrada na desregulamentação e integração financeira e econômica, e apoiada na revolução técnica-científica e informacional, ao lado das questões decorrentes sobre a pós-modernidade, tem sido, como não poderia deixar de ser, muito importante na área da Geografia, reformulando conceitos tradicionais, introduzindo novas questões e alterando prioridades. A nova questão - que a rigor não é tão recente assim - é a da própria questão global - que precisou ser conceituada, como vimos no início deste trabalho. Mas a globalização também trouxe consigo a necessidade de se repensar sobre questões já praticamente assentadas. É o caso das idéias sobre lugar e região. De uma visão mais empírica e formal, ou mais locacional e relativa, ou mais estrutural e política, ou, finalmente, mais sensorial e comportamental, passa-se, hoje, para uma situação de convergência entre muitos destes aspectos. Há aí uma espécie de “sincretismo”, como diria Maffesoli, unindo coisas bem diferentes (Maffesoli, 1996).

Mas, determinadas contribuições sobressaem sobre outras. Assim, hoje, embora com diferentes enfoques e interrelações, na perspectiva do lugar permanece como central a questão do significado e na perspectiva regional a questão da organização. O termo localidade, por sua vez, deveria ser reservado para a perspectiva de localização dos fenômenos e o conceito de território deveria expressar as questões do exercício do poder sobre um espaço determinado.

Mudam também as prioridades teórico-conceituais com a globalização e a pós-modernidade. Assim, por exemplo, Harvey no seu livro *Explanation in Geography* (1969), uma *Bíblia* da Geografia Teórica e Quantitativa não destaca o termo lugar no índice de assuntos mas cita 39 vezes a questão regional e 81 vezes a questão espacial. Já no livro *Social Justice and the City* (1973), em que há a transição do Autor para a Geografia Crítica, aparece a menção espaço 42 vezes, a menção regionalização 5 vezes mas também não é mencionada a menção lugar. Por outro lado, no livro *The Condition of Postmodernity* (1989), no índice de assuntos não aparece a palavra região mas a palavra lugar aparece 90 vezes e a palavra espaço 181 vezes. Ou seja, há um salto direto das questões locais para as questões espaciais, mais amplas e generalizantes.

Santos, por sua vez, em dois de seus livros (*L'espace partagé*, 1975 e *Por uma Geografia Nova*, 1978) praticamente não trata do lugar e da região. A prioridade é, no primeiro caso, o espaço urbano dividido em função dos circuitos da economia e, no segundo caso, as questões espaciais e territoriais decorrentes do processo de construção da noção de formação sócio-espacial. Mas, no seu último livro, *A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção* (1996), o termo região aparece só uma vez no índice de assuntos, território/territorialidade, 6 vezes, globalização/empresas globais, 8 vezes, espaço 28 vezes e lugar 33 vezes, configurando uma significativa mudança.

Assim, a Geografia acadêmica tentou ser global, ou melhor, cosmográfica ou universal, no início de sua formação, afirmando-se, em seguida, como uma disciplina regionalista,

voltando-se, agora, para as questões locais/territoriais relacionadas com os novos desafios da globalização.

2. LUGARES, REGIÕES E GLOBALIZAÇÃO

Embora com intensidades variadas, é inegável o fato de que a globalização, em suas múltiplas facetas, é extremamente poderosa, atingindo toda a superfície terrestre sendo, por conseguinte, a principal característica de nosso fim-de-século. Neste sentido, é preciso reconhecer que os setores e áreas diretamente excluídos pela globalização, ou que são fracamente atingidos por ela como ocorre, por exemplo, em grandes áreas do continente africano, o são dentro dos mecanismos do próprio processo de globalização, ou seja, isto ocorre por não se enquadrarem nas prioridades em vigor.

Portanto, o mundo de hoje é um mundo bem “menor” e muito mais integrado, com sua economia do tipo pós-industrial, ou seja, de base terciária/quaternária, com destaque para os setores direta ou indiretamente vinculados aos meios técnico-científicos e informacionais. É mais uma etapa do capitalismo, a do capitalismo financeiramente globalizado.

Menzel (1996) mostra, como exemplo do exposto, a evolução da circulação financeira nos países desenvolvidos:

TABELA 1
CIRCULAÇÃO DE CAPITAIS DE PORTFÓLIO DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS
(em US\$ bilhões, entradas e saídas)

ANO	TOTAL	EUA	JAPÃO	GRÃ-BRETANHA	RESTANTE COMUNIDADE EUROPEIA
1976-80*	46,9	10,5	8,5	4,6	13,5
1981-85*	138,4	35,9	37,6	17,1	28,9
1986-90*	369,6	58,3	112,8	48,2	101,7
1990	307,7	27,9	74,4	38,6	132,2
1991	648,6	96,2	189,6	80,3	192,8
1992	546,5	113,6	42,6	76,9	261,2

* Média anual

FONTE: MENZEL (1996), calculado segundo Banco de Compensação Internacional, 1993

Esse rápido crescimento tem, além de profundas repercussões econômicas, consequências geográficas extremamente relevantes. Primeiro, todas as relações financeiras são globais, funcionando em tempo real através de uma rede interligada de pontos. É o exemplo mais chocante da globalização. Em segundo lugar, por superar praticamente as restrições do tempo

e dos espaços “agora é tecnicamente possível a decomposição de serviços [e de mercadorias] em partes isoladas, tornando desnecessária a fixação geográfica em um único lugar. [...] Como consequência da interligação mundial dos centros financeiros desapareceu da economia desmaterializada o problema da localização geográfica. Fatores de ordem natural como solo, clima, reservas de matérias primas e mesmo fatores humanos, como qualificação de mão-de-obra, competência técnico-científica, diferenças salariais, assim como atrativos ou proteção oferecidos pelo Estado não têm mais qualquer importância, como na verdade prescreve a doutrina neoclássica. Em questão de segundos, o capital voa para uma praça onde se pode, durante alguns minutos, obter lucros com diferenças de câmbio. O próprio capital alcançou, pois, a sua forma mais pura, tendo conseguido uma mobilidade que era inimaginável até para um Karl Marx. O recurso competitivo que tudo decide é a velocidade em que o *software* consegue processar a maior quantidade de informações e cuspir as respectivas instruções de compra e venda” (Menzel, 1996, p.6-8).

Esta é também, em resumo, a tese de Chesnais no livro *La mondialisation du capital* (1994), expandida agora no livro *La mondialisation financière, genèse, coût et enjeu* (1996), onde se discute a apropriação do poder pelos mercados financeiros. Também essa é a tese que se abateu sobre a Geografia com o nome de desterritorialização, ou seja, da crescente independência dos setores produtivos com relação aos recursos localizados em um dado território e em um contexto econômico global (Storper, 1994). Nesta linha, outros autores chegaram até a propor o fim da Geografia, como O’Brien (1992) em seu trabalho sobre a integração financeira global e o fim da Geografia e Badie (1995) em seu livro sobre o fim dos territórios, em um ensaio sobre a desordem internacional. Desta forma, o debate sobre o fim da Geografia sucede, portanto, ao debate sobre o fim da História (Fukuyama, 1992) e os dois antecedem, de maneira significativa, a atual e instigante discussão sobre o fim da Ciência como o fez Horgan (1996).

Mas, no caso da Geografia, há uma reação contra essas idéias através de um esforço de revalorização de conceitos básicos como lugar, região e território. A idéia básica é a de que o próprio processo de globalização força um realinhamento das instâncias acima referidas no sentido de que “em primeiro lugar, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno de região. [...] A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem” (Santos, 1996, p. 196-197). Agnew e Duncan (1989) ressaltam, por sua vez, o poder do lugar; Swingedow (1989) fala sobre o coração do lugar, a ressurreição do lugar em uma era de hiperespaço; e Tuan (1996) aponta para a necessidade de se entender o mundo através da compreensão da ligação entre o lar e o cosmos. Ainda sobre região, é preciso ressaltar o importante e longo artigo de Paasi (1986) sobre a institucionalização das regiões, uma estrutura teórica para o entendimento da emergência das regiões e a constituição da identidade regional. A região é compreendida como um processo historicamente contínuo cuja institucionalização consiste de quatro estágios: a apropriação de uma forma espacial, a formação de um padrão conceitual (simbólico), a constituição de uma forma institucional e o estabelecimento de mecanismos e instituições como uma entidade no sistema regional e na consciência social da sociedade. Uma região é, para Paasi, um processo histórico contingencial no interior da sociedade assim como o lugar o é para um indivíduo.

Finalmente, três linhas de pensamento nos ajudam a refletir sobre a importância dos lugares e regiões em um contexto de dinâmica global.

A primeira é a de que, mesmo em um contexto de globalização e, conseqüentemente, de formação de mega-mercados, a questão local/regional emerge de forma altamente prioritária. O caso mais expressivo é o da União Européia onde, ao mesmo tempo em que se debate, no quadro da globalização financeira, a complexa implantação da moeda única, o EURO, prevista para o período 1999/2002, também discute-se e efetivamente se implanta uma relevante política de desenvolvimento regional. Aliás, isto já vem sendo feito desde 1975, com a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, um dos três fundos estruturais da União Européia. Segundo Labasse (1994, p.122-123) este fundo é o mais importante, superando os demais, o de Orientação e Garantia Agrícola e o Social Europeu. Ainda segundo esse Autor, a idéia subjacente é a de que “não poderá existir uma Europa forte sem regiões dinâmicas e mais bem definidas” (p.16). Assim, o Parlamento Europeu, já em 1984, proclamou as regiões herdeiras da história da Europa e da riqueza da sua cultura e afirmou que a integração européia atingirá dentro de um certo espaço de tempo uma situação em que passará a ser designada pela Europa das regiões em vez da Europa das Nações, passando os Estados a exercer exclusivamente um papel de coordenação (p.17). E Labasse ainda afirma na mesma página que é “certo que, na sociedade ocidental, a solidariedade coletiva, na sua versão política, parece ter como base o conceito de região”.

A segunda linha de pensamento ressalta dois aspectos interligados bastante difundidos nos últimos anos. O primeiro refere-se, em nível local e regional, ao que se poderia chamar de um esforço endógeno e estratégico para alcançar padrões mais elevados de desenvolvimento. É significativo constatar que a maioria dos exemplos data a partir da segunda metade da década de 80 quando já estavam em ação os poderosos mecanismos de globalização. Dois exemplos metropolitanos e um regional confirmam o enunciado. Barcelona realiza, a partir de 1987, um vigoroso e bem sucedido Planejamento Estratégico Econômico-Social. Um dos corolários é a realização dos Jogos Olímpicos de 1992, associado a uma dinâmica estratégia de *city marketing*. Lisboa, por sua vez, lança o seu planejamento estratégico em 1990 tentando definir novos objetivos para a cidade em torno do lema Lisboa, Capital Atlântica da Europa. Ao que tudo indica, os resultados têm sido positivos e deverão se consubstanciar particularmente na grande Exposição Internacional de Lisboa, a realizar-se em 1998 (Neves, 1996).

Um outro exemplo é de caráter regional, na linha do chamado desenvolvimento endógeno. Alguns autores têm colocado com ênfase essa questão mesmo usando terminologias diferentes, como Harvey, Friedmann e Castells (Silva, 1994). Já Haddad (1994) e Boisier (1992) têm contribuído para a afirmação da expressão desenvolvimento regional endógeno. Boisier define desenvolvimento regional com base em três critérios: (i) participação relativa da região no uso de recursos; (ii) direção e magnitude do quadro global das políticas econômicas nacionais sobre a região, e (iii) capacidade de organização social da região, envolvendo autonomia de decisões, fortalecimento da capacidade de atração, difusão do progresso social e defesa do meio ambiente. O último aspecto é, portanto, o mais recente e, agora, o mais valorizado de todos. O exemplo que o Autor fornece em detalhes é o da Região de Biobío/Chile no qual se destacou o papel da Universidade - “o cérebro da região”- na condução do processo de desenvolvimento endógeno, por sinal bem sucedido.

Ainda com relação a esta segunda linha, é preciso destacar a questão problemática da chamada “guerra dos lugares” (e das regiões) que resulta do acirramento da disputa por recursos em um quadro externo bastante dinâmico e mutável mas, evidentemente, com limitações. Um exemplo expressivo é a recente “guerra fiscal” entre Estados e Municípios brasileiros em torno da definição dos novos investimentos do setor automobilístico, no contexto da globalização dos mercados. Sem políticas gerais e específicas, o resultado, em muitos casos, poderá ser um “jogo de soma zero”, ou seja, que nada agregará de fato ao conjunto da economia, podendo chegar até a perdas como no caso das enormes renúncias fiscais dos Estados e Municípios brasileiros na luta por novos investimentos industriais, como tem sido anunciado nos últimos meses. Assim, as renúncias fiscais dos Governos Federal, Estadual e Municipal para os novos investimentos no Sul-Sudeste superam em muito os recursos alocados para o desenvolvimento das demais regiões do País.

Portanto, destaca-se a necessidade da implementação de macro-políticas e de inovações agregadoras no uso e desenvolvimento dos recursos de toda natureza, retomando e ampliando uma clássica definição de desenvolvimento que vem desde Schumpeter.

A terceira e última linha de pensamento diante da questão local-global em nossos dias, privilegia uma atividade que vem tendo grande relevância nos últimos anos, o turismo. Com efeito, o turismo tem a particularidade de, ao contrário de muitas outras atividades econômicas, ser favorável aos lugares e regiões periféricos, como Ullman e Christaller já salientaram na década de 50 (Silva, 1996). Hoje, o mundo assiste a um crescimento muito expressivo das atividades de turismo, recreação e lazer nas áreas centrais, metropolitanas, mas também nas áreas periféricas e distantes, onde, em muitos casos, chega a ter uma importância considerável, tanto mais importante quanto menos expressivas forem as demais atividades. Neste caso, o turismo pode ser um relevante fator de crescimento induzindo outras atividades a se instalarem e se expandirem. Assim, “a transferência de fundos através do turismo poderia ajudar a colocar as regiões periféricas, aparentemente negligenciadas, dentro das principais correntes de desenvolvimento econômico” (Murphy e Andressen, 1988, p.32), como aconteceu, por exemplo, no caso da Ilha de Vancouver, analisado pelos mesmos autores.

No exemplo brasileiro, a expectativa de que isto venha a ocorrer no litoral nordestino é muito grande. Com efeito, inúmeros projetos estão sendo desenvolvidos dentro de um Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), com financiamento internacional.

A globalização está, portanto, promovendo novas formas de integração centro-periferia através de pacotes turísticos envolvendo áreas centrais e periferias distantes.

Concluindo, a globalização está conseguindo unir todas as instâncias do espaço geográfico, o lugar, a região, a nação e a macrorregião, em uma nova realidade, a de um mundo só. Esta integração se dá através de complexas redes econômico-financeiras, políticas e sócio-culturais, com intensidades variadas. Para Bonnet (1994, p.181) a globalização é assegurada pela crescente capacidade das grandes metrópoles mundiais em gerir as trocas comerciais, de mercadorias, de movimentos monetários, de fluxos de informação, de serviços e de deslocamento de pessoas, bem como todas as demais interações existentes nas redes

mencionadas. Isto implica “no controle de regras, de códigos, de línguas, de tarifas e de horários, as articulações entre as técnicas e os espaços” (Bonnet, 1994, p.184).

Este *nouveau régime* traz graves problemas para os espaços geográficos, bem diferentes dos que predominavam no *ancien régime*. Mas é inegável que há também um conjunto de grandes potencialidades sintetizadas nas possibilidades de expansão da capacidade organizacional das comunidades provocada pela crescente desregulamentação, descentralização e flexibilização em muitas áreas. Assim, mais do nunca, é possível se sentir em casa no mundo (Tuan, 1996), o que permite pensá-lo como uma unidade conhecida, inclusive com seus conflitos e contradições, importante passo para se passar para uma nova e mais justa realidade. Daí certamente emergirá uma *Novíssima Geografia*.

BIBLIOGRAFIA

- ABLER, R.; ADAMS, J.S. e GOULD, P. (1971). *Spatial organization. The Geographer's view of the world*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- AGNEW, J.A. e DUNCAN, J.S. (Orgs.) (1989). *The power of place*. Boston: Unwin Hyman.
- BADIE, B. (1995). *La fin des territoires: essai sur le désordre international et sur l' utilité sociale du respect*. Paris: Fayard.
- BOISIER, S. (1992). El difícil arte de hacer región (el proyecto de desarrollo de la Región del Biobío en Chile). *Memorias del II Simposio Internacional de la Universidad de Varsovia sobre América Latina*. Varsovia, 16-21 de septiembre de 1991. T.1. p.149-206.
- BONNET, J. (1994). *Les grandes métropoles mondiales*. Paris: Nathan.
- CASTELLS, M. (1992). *European cities, the informational society, and the global economy*. Amsterdam: Centre for Metropolitan Research, Amsterdam University.
- CHESNAIS, F. (1994). *La mondialisation du capital*. Paris: Syros.
- CHESNAIS, F. (1996). *La mondialisation financière. Genèse, coût e enjeu*. Paris: Syros.
- DARDEL, E. (1952). *L'homme et la terre, nature de la réalité géographique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- FUKUYAMA, F. (1992). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- GIDDENS, A. (1991). *As consequências da modernidade*. 2.ed. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista.
- HADDAD, P.R. (1994). Os novos pólos regionais de desenvolvimento no Brasil. In: VELLOSO, J.P.R. (Org.). *Estabilidade e crescimento. Os desafios do real*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- HARTSHORNE, R. (1969). *Questões sobre a natureza da Geografia*. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História.
- HARVEY, D. (1969). *Explanation in Geography*. New York: St. Martin's Press.
- HARVEY, D. (1973). *Social justice and the city*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- HARVEY, D. (1989). *The condition of postmodernity*. Oxford: Basil Blackwell.
- HORGAN, J. (1996). *The end of science*. Eddison Wesley.
- LABASSE, J. (1994). *Que regiões para a Europa?* Lisboa: Instituto Piaget.

- MAFFESOLI, M. (1996). Maffesoli critica pensamento abstrato. Entrevista para *O Estado de São Paulo*. 17.10.96, p.D3.
- MENZEL, U. (1996). A transição da economia moderna para a pós-moderna e suas consequências sobre o emprego nos países industrializados e em desenvolvimento. *OPS*, Salvador, v.1, n.2, out.
- MURPHY, P.E. e ANDRESSEN, B. (1988). Tourism development on Vancouver Island: an assessment of the core periphery model. *The Professional Geographer*, Washington, v.40, n.1, p.32-42, fev.
- NEVES, A. (1996). *Planejamento estratégico e ciclo de vida das grandes cidades*. Oeiras: Celta.
- O'BRIEN, R. (1992). *Global financial integration: the end of Geography*. New York: The Royal Institute of International Affairs.
- PAASI, A. (1986). The institutionalization of regions: a theoretical framework for understanding the emergence of regions and the constitution of regional identity. *Fennia*, Helsinki, 164:1.
- SANTOS, M. (1975). *L'espace partagé*. Paris: Editions Librairies Techniques, M.-Th. Génin.
- SANTOS, M. (1978). *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: HUCITEC.
- SANTOS, M. (1994). *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC.
- SANTOS, M. (1996). *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC.
- SILVA, S. Bandeira de Mello e. (1994). *Papel das cidades no processo de crescimento: uma avaliação*. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA.
- SILVA, S. Bandeira de Mello e. (1996). Geografia, turismo e crescimento: o exemplo do Estado da Bahia. In: RODRIGUES, A.A.B. (Org.). *Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: HUCITEC. p.122-143.
- STORPER, M. (1994). Territorialização numa economia global. In: LAVINAS, L. *et al.* (Orgs.). *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p.13-26.
- SWINGEDOW, E. (1989). The heart of the place: the resurrection of locality in an age of hyperspace. *Geografiska Annaler*, Stockholm, n.71 B, p.31-42.
- TUAN, Yi-Fu. (1974). *Topophilia: a study of environmental perception, attitudes and values*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

TUAN, Yi-Fu. (1977). *Space and place. The perspective of experience*. Minneapolis: The University of Minnesota.

TUAN, Yi-Fu. (1996). *Cosmos and hearth. A cosmopolite's viewpoint*. Minneapolis: University of Minnesota.